

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.033 - MG (2019/0300934-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : THIAGO PIETRE MOREIRA DE SOUZA LIMA E OUTRO
ADVOGADOS : ANTONIO DE SOUZA LIMA NETO - MG114150
THIAGO PIETRE MOREIRA DE SOUZA LIMA - MG154264
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOHN LENNON DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOHN LENNON DE FREITAS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi condenado pelos crimes de tortura e fraude processual, tipificados nos art. 1º, II, c.c §3º, da Lei 9.455/97, e art. 347, parágrafo único, do Código Penal, todos na forma da Lei nº 11.340/06.

Em síntese, alega o impetrante ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, fundada na gravidade abstrata do delito. Aponta a excepcionalidade da prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória e a existência de condições pessoais favoráveis.

Liminarmente e no mérito, requer a sua colocação em liberdade para aguardar o recurso da apelação, com a imposição subsidiária de cautelares alternativas.

Na origem, a Ação Penal nº 0063920-55.2018.8.13.0720 encontra-se em execução. Conforme informações telefônicas prestadas em 7/10/2019, o Tribunal *a quo* solicitou informações no dia 7/10/2019 para instruir o julgamento do mérito da impetração.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fl. 320):

No caso em tela, não obstante serem relevantes os argumentos trazidos pelos

Superior Tribunal de Justiça

Impetrantes, nesta oportunidade, não restou demonstrado o constrangimento ilegal sustentado.

Também não merece prosperar o pedido de dispensa das informações da autoridade coatora.

Assim sendo, não constando nos autos elementos necessários à concessão do pedido liminar, INDEFIRO-O.

Determino sejam requisitadas as informações de praxe à autoridade coatora a fim de que esclareça os motivos ensejadores da medida constritiva, bem como para que junte cópia da r. decisão.

A sentença condenatória que negou ao réu o direito de recorrer em liberdade assim dispôs (fls. 302/303):

Quanto ao regime prisional, fica estabelecido o INICIALMENTE FECHADO, para a pena de reclusão, considerando a gravidade concreta do delito de tortura, que **além de ser delito hediondo, no caso em questão culminou em lesão grave na vítima, além de sérios abalos de ordem psicológicas, tudo no sentido de justificar uma maior firmeza na condenação.** Quanto à pena de detenção, deverá ser iniciada no regime ABERTO.

Incabível a conversão da pena privativa de liberdade em penas restritivas de direitos, ante a ausência dos requisitos estabelecidos no art. 44, do C.P, posto que os **delitos foram praticados mediante grave ameaça e violência** e o somatório de penas suplantou o limite de 04 anos.

Inviável se revela a concessão de *sursis*, tendo em vista a ausência dos requisitos estabelecidos no art. 77, do C.P.

Estando preenchidos os requisitos elencados nos artigos 312 e 313, do Código de Processo Penal a justificar a manutenção da prisão do acusado, diante da **gravidade concreta dos atos praticados pelo acusado**, o que abalou sobremaneira a ordem pública, nego ao réu o direito de recorrer em liberdade.

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação que, neste juízo inicial, deve ser considerada idônea, evidenciada na gravidade concreta da conduta, destacando que *além de ser delito hediondo, no caso em questão culminou em lesão grave na vítima, além de sérios abalos de ordem psicológicas, tudo no sentido de justificar uma maior firmeza na condenação.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria

Superior Tribunal de Justiça

Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator